

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

A educação enquanto fenômeno social:

Aspectos pedagógicos
e socioculturais

2



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

A educação enquanto fenômeno social:

Aspectos pedagógicos
e socioculturais

2

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: aspectos pedagógicos e socioculturais 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: aspectos pedagógicos e socioculturais 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0091-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.912221205>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência e buscando superar problemas estruturais, como a desigualdade social por exemplo. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores/as pesquisadores/as.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**A Educação enquanto fenômeno social: Aspectos pedagógicos e socioculturais**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrossa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e superação das desigualdades sociais.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O CONCEITO E SUA APLICAÇÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Nicoli Cavriani Doganelli

Diólia de Carvalho Graziano


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212051>

CAPÍTULO 2..... 10

PRÁTICAS LÚDICAS, INCLUSÃO E ADEQUAÇÃO CURRICULAR NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Moira da Silva Quadros Darian

Genigleide Santos dos Hora

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212052>


CAPÍTULO 3..... 15

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E ENVOLVIMENTO PARENTAL: PERCEPÇÃO E PRÁTICA DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maraysa Paulino Figueiredo Fonseca

Paula Azevedo de Ávila

Renata Christian de Oliveira Pamplin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212053>

CAPÍTULO 4..... 28

HOMESCHOOLING NO BRASIL: ENTRE A INTENSIFICAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E A NEGAÇÃO DO SERVIÇO/ENSINO PÚBLICO

Christianne Grazielle Rosa de Alcântara Belfort

Lucia Cristina dos Santos Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212054>

CAPÍTULO 5..... 39

EXPERIMENTOS VIRTUAIS SIMULADOS PARA O ENSINO DE FÍSICA

Luciano Soares Pedroso

Giovanni Armando da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212055>


CAPÍTULO 6..... 50







O PAPEL DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL


Djane Alves Victor

Alexsandra Felipe de Andrade

Maria Aldene da Silva Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212056>

CAPÍTULO 7	62
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: VISÕES DE PROFESSORES DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Adriana Torquato Resende	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212057	
CAPÍTULO 8	72
TUTORIA PERSONALIZADA POR MEIO DE VÍDEO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
Alessandra de Paula	
Ricardo Alexandre Deckmann Zanardini	
Ivoneite Ferreira Haiduke	
Roberto Candido Pansonato	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212058	
CAPÍTULO 9	77
TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICS) NA EDUCAÇÃO: OS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS ELETRÔNICOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A INOVAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO	
Patrícia Baldow Guimarães	
Flávio Leal	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212059	
CAPÍTULO 10	87
LA INTENCIÓN EMPRENDEDORA Y LA FELICIDAD COMO FACTORES DETONANTES DE ÉXITO: CASO NIÑAS EMPRENDEDORAS	
Martha Silvia Torres Hidalgo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120510	
CAPÍTULO 11	98
A IMPORTANCIA DO BRINCAR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM (LUDOTERAPIA)	
Maria Gislaine Santana	
Maria Judilândia de Santana Ricaldes	
Renata Caroline dos Santos Lopes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120511	
CAPÍTULO 12	108
A INFÂNCIA DE ERICO VERÍSSIMO: O PRAZER DA LEITURA	
Michele Ribeiro de Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120512	
CAPÍTULO 13	119
USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS COMO FERRAMENTA PARA REDUÇÃO DA DISTÂNCIA TRANSACIONAL: PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA DISCIPLINA DE ESTATÍSTICA	
Lourdes Souza Utrilla da Silva	
Augusto Takerissa Nishimura	


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120513>

CAPÍTULO 14..... 128

A PROMOÇÃO DA CULTURA DA LEITURA NOS ALUNOS DO ENSINO PRIMÁRIO: O CASO DO PROGRAMA RODAS DE LEITURA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DA CIDADE DE MAPUTO

Aníbal João Mangué

Felipe André Angst

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120514>

CAPÍTULO 15..... 138

REFLEXIONES Y RELEVANCIA DEL APRENDIZAJE SIGNIFICATIVO

Mafaldo Maza Dueñas


Vanessa García González

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120515>

CAPÍTULO 16..... 152

O ENSINO DE CIÊNCIAS E AS CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM HISTÓRICO CRÍTICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA DA DISCIPLINA FÍSICA

Sandro Augusto Oliveira de Sá

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120516>

CAPÍTULO 17..... 165

ATUAÇÃO INOVADORA DO GESTOR E APOIO AO COORDENADOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL EM PROJETOS TECNOLÓGICOS

Idamara Rodrigues de Quadros Vidal


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120517>

CAPÍTULO 18..... 170

A GESTÃO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA PRÁXIS EDUCATIVA

Lidnei Ventura

Nataliê Andiará Be Cardoso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120518>

CAPÍTULO 19..... 180

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Teresinha Gomes Fraga

Leonía Capaverde Bulla

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120519>

CAPÍTULO 20..... 188

COMO OS JOVENS DA GERAÇÃO Z APRENDEM

Tháís de Almeida Giuliani

Paulo Rurato

Ana Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120520>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	202
ÍNDICE REMISSIVO.....	203

A GESTÃO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA PRÁXIS EDUCATIVA

Data de aceite: 02/05/2022

Lidnei Ventura

Universidade do Estado de Santa Catarina,
PPGE
Florianópolis/SC
<http://lattes.cnpq.br/9553407104950703>

Nataliê Andiará Be Cardoso

Universidade do Estado de Santa Catarina,
PPGE
Florianópolis/SC
<http://lattes.cnpq.br/6190031949400679>

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar a gestão escolar do ponto de vista da práxis educativa. Discute-se primeiramente a categoria de práxis no contexto da Filosofia da Práxis e suas implicações para a educação. A práxis educativa deve ser conceituada como atividade educacional teórico-prática, por se tratar de uma atividade humana e, ciente de suas finalidades, é uma prática intencional, o que significa dizer que se trata de um processo administrativo, pensado, planejado e projetado. Neste caso, a práxis educativa não é uma ação neutra, pois visa a formação humana em determinado tempo histórico. Embora criada no modo de produção capitalista, com organização e funcionamento pensado de acordo com a administração das fábricas, a escola lida com a formação de sujeitos e não com mercadorias, daí a divergência com as importações acríticas das formas de gestão empresariais para o contexto educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão escolar. Práxis educativa. Filosofia da práxis.

EDUCATIONAL MANAGEMENT FROM THE PERSPECTIVE OF EDUCATIONAL PRAXIS

ABSTRACT: This article aims to analyze school management from the point of view of educational praxis. First, the category of praxis is discussed in the context of the Philosophy of Praxis and its implications for education. Educational praxis should be conceptualized as a theoretical-practical educational activity, because it is a human activity and, aware of its purposes, it is an intentional practice, which means that it is an administrative process, thought, planned and projected. In this case, educational praxis is not a neutral action, as it aims at human formation in a given historical time. Although created in the capitalist mode of production, with organization and operation designed according to the administration of the factories, the school deals with the formation of subjects and not with goods, hence the divergence with the uncritical imports of the forms of business management for the educational context.

KEYWORDS: School management. Educational praxis. Philosophy of praxis.

1 | INTRODUÇÃO

O tema da gestão educacional retorna ciclicamente à pauta da educação, principalmente em momentos de acirramento de discussões acerca do modo mais adequado de

gerir a educação nacional. Infelizmente, nas últimas décadas, o debate tem girado mais em torno da adequação da escola aos imperativos do modo de acumulação flexível [toyotismo], inserindo a escola em um debate marcadamente produtivista e neoliberal: qualidade total, eficiência produtiva, reengenharia administrativa e outros jargões.

Em parceria com o neoliberalismo como braço político-econômico, o modo de produção flexível se impôs com o princípio da qualidade total. Sua convergência acrítica para a educação tem como efeito [desde a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996) e suas reformas], transformar uma relação humana em uma relação essencialmente mercadológica. Nesse tipo de relação, os que ensinam viram prestadores de serviço, os que aprendem se transformam em clientes e a educação vira o produto que deve ser fabricado com qualidade total, eficiência e baixo custo.

Em contrapartida, seguindo os fundamentos da Filosofia da Práxis, este trabalho defende a ideia de que a natureza do trabalho educativo é qualitativamente diferente do trabalho que produz serviços e mercadorias. Inclusive, a natureza do ato educativo, enquanto formação do gênero humano, é oposta à **qualidade total**, isto é, formar com **qualidade social** para o processo de humanização requer um pesado investimento, empregando-se vultosos recursos, o que leva necessariamente, numa linguagem econômica, à criação de um imenso estoque de experiências histórico-culturais. Nesse caso, não se pode aplicar uma metodologia *just in time*, em que a demanda justifica a produção.

Nesse contexto de discussões, o presente artigo tem como objetivo analisar a gestão escolar do ponto de vista da práxis educativa. Nele, discute-se primeiramente a categoria de práxis de acordo com a Filosofia da Práxis, bem como suas implicações para a educação.

Por se tratar de uma atividade humana e, portanto, ciente de suas finalidades, a ação educativa é uma prática intencional, um processo administrativo pensado, planejado e projetado. Assim, a práxis educativa não pode ser concebida como uma ação neutra, pois visa a formação humana em/para determinado tempo histórico. A intenção aqui é refletir sobre as implicações desses pressupostos para a gestão escolar.

2 | A EDUCAÇÃO COMPREENDIDA PELA FILOSOFIA DA PRÁXIS

A categoria de *práxis* é muito mais do que mera unidade entre teoria e prática. É preciso aprofundar esse conceito devido a sua importância enquanto princípio ontológico [desenvolvimento do ser] da existência humana. Isso se faz necessário na medida em que para prover a sua existência e dar um salto qualitativo na sua relação com o ambiente, o ser humano desde o início se apropriou do mundo de forma teórica e prática, construindo ferramentas e representando o mundo na sua consciência.

Nessa ótica, a ação prática humana é sempre uma ação teleológica, projetada tanto

para o passado quanto para o futuro. Os atos humanos mais simples são de antemão refletidos e projetados. Existem, evidentemente, ações de reflexo, instintivas, quando o ser é confrontado com perigos iminentes ou fortes emoções. Mas, a rigor, a ação humana é consciente de suas finalidades porque é uma ação guiada por uma vontade que a determina. E quanto mais refletida é a ação, mais teorizada ela é, mais planejada e, por certo, com maior possibilidade de êxito.

Para a Filosofia da Práxis, teoria e prática não se opõem; ao contrário, se completam, interagem dialeticamente. Nenhuma tem preponderância sobre a outra, pois tudo que se faz tem uma intenção, ainda que não declarada. É uma relação dialeticamente contraditória, já que da prática emergem informações que são processadas e exigem saltos qualitativos, de modo que a prática está sempre sendo questionada e transformada pela teoria que, tornando-se obsoleta, obriga-se também a saltos qualitativos. Vem daí o caráter materialista da Filosofia da Práxis, já que o real não é um real do pensamento, da ideia, como queria Hegel, mas um real que provoca e interage com o pensamento; por isso Marx propõe que a dialética de Hegel está de cabeça para baixo. Sobre essa questão, no livro “A ideologia alemã”, Marx e Engels [1845], fazem a seguinte afirmação:

Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. No primeiro modo de consideração, parte-se da consciência como indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se a consciência apenas como a sua consciência. (MARX; ENGELS, 2001, p. 23).

É importante contextualizar que foi a partir dessa definição de consciência enquanto produto histórico, inacabado, construída em condições objetivas de vida, que o psicólogo russo Lev S. Vygotsky (1886-1934) derivou sua Psicologia Histórico-Cultural, considerando a consciência humana como um conjunto interdependente de funções psicológicas superiores (atenção, memória, percepção etc.). Nessa concepção, inverte-se o modo de conceber o mundo, o conhecimento, a sociedade e suas relações, que passam a ser analisados de acordo com a sua historicidade. Nesse contexto, a categoria de história ganha *status* determinante para toda consideração acerca da práxis, pois o homem e a sociedade só podem ser compreendidos a partir de seu desenvolvimento histórico-social.

Segundo François Châtelet (1994), a principal contribuição de Marx teria sido justamente transformar a Filosofia da História em Ciência da História. Dessa maneira Marx e Engels (2001, p. 37) explicam essa perspectiva:

Conhecemos apenas uma única ciência, a Ciência da História. A história pode ser considerada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. No entanto, estes dois aspectos não se podem separar, enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens condicionam-se mutuamente. A história da natureza, a chamada ciência da natureza, não é a que aqui nos interessa; na história dos homens, porém, teremos de entrar, visto que quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção deturpada desta história ou a uma completa abstração dela. A ideologia é, ela mesma,

apenas um dos aspectos desta história.

É preciso fazer aqui uma consideração para não dar margem a uma interpretação deturpada do sujeito humano na Filosofia da Práxis. Nela, o humano precisa ser entendido enquanto síntese de determinada época, que só se realiza em sociedade, ou como Marx (1983, p. 202) resgata de Aristóteles: “O homem é, no sentido mais literal, um *dzoón politikhón*, não só um animal social, mas animal que só em sociedade pode isolar-se”. Esse parêntese é necessário na medida em que avançaram as concepções liberais que vivem afirmando o individualismo, como se a sociedade se opusesse ao indivíduo; ao contrário, em Marx, o indivíduo é o ser genérico da sociedade que se individualiza, já que pelo processo educativo (no lar, na escola, no trabalho), os sujeitos vão se apropriando individualmente de uma produção que é coletiva.

Essa última categoria citada da Filosofia da Práxis, a **sociedade** [enquanto contradição de interesses de classes e grupos], é de fundamental importância para compreender suas convergências e implicações para o ato educativo e para a própria história da educação.

Quando relacionamos as categorias da Filosofia da Práxis ao ato educativo, primeiramente é preciso buscar as “múltiplas relações” [totalidade] que condicionam esse fenômeno e seus atores. Enquanto agente social, o educador é um sujeito de ação teórico-prática, ou seja, por mais que não se dê conta dos fundamentos que norteiam sua ação, não deixa de expressar, pela sua prática, determinada teoria. É comum ouvir-se que os educadores “estão fartos de tantas teorias”, e “o que importa é a prática”. Falas como essa demonstram que os educadores não estão conscientes dos fundamentos que orientam sua atividade. E agindo desse modo, sua práxis deixa de ser transformadora para se tornar automatizada, ou seja, abandona o agir consciente em nome de um agir alienado, sob vontade alheia.

Pode-se resumir a questão assim: quando nega a importância da teoria ou quando dá prioridade a uma teoria desvinculada de sua atividade prática, o educador é prisioneiro de uma práxis *fetichizada* ou, como dizia o filósofo húngaro Georg Lukács, de uma práxis *reificada*. Por outro lado, a práxis se torna transformadora quando há uma interação dialética entre teoria e prática que consolida o princípio da ação-reflexão-ação.

Para a Filosofia da Práxis, a verdade está na prática social; logo, é preciso que o educador reflita (teoria) constantemente se “o que ensina” e “o modo como o faz” (prática) responde aos anseios de uma sociedade em transformação. E mais: se “o que e como ensina” é transformador ou reacionário.

Levando em consideração temáticas atuais como gênero, etnia, inclusão, educação integral, letramento e outras, é preciso que o educador se dê conta de que a sociedade propõe questões autênticas que envolvem diretamente o seu trabalho e que exigem dele uma postura. Daí sua decisão por uma práxis reificada ou transformadora.

Na educação brasileira, a Filosofia da Práxis influenciou tanto as propostas educacionais libertárias (Pedagogia Libertária) quanto libertadoras (Pedagogia Libertadora); todavia, sua sistematização em Filosofia Educacional aconteceu na década de 1980 com a Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos, cujo principal expoente é Dermeval Saviani, que exerceu grande influência na formulação de propostas curriculares pelo Brasil inteiro nas décadas de 80 e 90.

3 | CONVERGINDO O CONCEITO DE PRÁXIS PARA A GESTÃO ESCOLAR

A práxis educativa, que pode ser conceituada como atividade educacional teórico-prática, por se tratar de uma atividade humana e, portanto, ciente de suas finalidades, é uma prática intencional. O fato de ser consciente de sua finalidade significa dizer que se trata de um processo de gestão que precisa ser planejado. Neste caso, a práxis educativa é comprometida, não pode ser uma ação neutra, pois como diz Vitor Paro (1996, p. 18), “toda administração é determinada historicamente”. Certamente, o autor está se referindo ao fato de que a sociedade, sendo compreendida dialeticamente, é produto de contradições no âmbito social e o conflito de forças sempre aponta e, muitas vezes condiciona, os interesses dos grupos sociais e das instituições. Então, para compreensão de um determinado processo administrativo qualquer, primeiro é preciso uma análise profunda das relações histórico-culturais postas em determinada configuração social, pois é a partir dessa historicidade que se pode avaliar o porquê da defesa deste ou daquele pressuposto e/ou prática de gestão. Conforme diz Maria Abádia da Silva (2009, p. 216):

As questões sociais estão imbricadas no modo de produção e distribuição dos bens materiais produzidos pelos sujeitos na sociedade, em espaços e tempos históricos. Elas constituem parte de um todo e as separamos com a finalidade de apreender o social-histórico construído e determinado pelo movimento econômico.

Convertendo-se esse fundamento à educação e seus procedimentos gerenciais, é preciso de antemão investigar o momento histórico e seus problemas, além de determinar também o significado próprio da educação no referido contexto histórico-social.

As sociedades moderna e contemporânea podem ser analisadas de diversas formas e vistas sob muitos olhares. Mas, parafraseando o professor Vitor Paro, os olhares também são determinados historicamente. Portanto, é preciso dizer qual olhar utilizaremos para nossa análise.

De acordo com o que vimos discutindo, partiremos da Teoria Crítica da Sociedade, alinhada ao conceito de práxis, destacando alguns fragmentos de três pensadores principais: Herbert Marcuse, Theodor Adorno e Max Horkheimer. Segundo esses autores, a partir da Modernidade, vivemos numa sociedade administrada, na qual impera uma racionalidade instrumental, que por meio da indústria cultural (ADORNO & HORKHEIMER, 1985) acaba

por alienar o homem e subjogá-lo de acordo com interesses que lhe são estranhos, criando neles necessidades mistificadas, inautênticas, dando origem ao homem unidimensional (MARCUSE, 2012).

Segundo as análises da Teoria Crítica, a consolidação do capitalismo nos séculos XVIII e XIX, marca a ascensão da sociedade administrada, ou seja, um modelo de sociedade baseado na racionalidade técnica, em que tudo é medido, calculado e, principalmente, controlado. E são muitas as formas de controle exercidas sobre o indivíduo, que Marcuse chamou de homem unidimensional: o tempo, o corpo, os pensamentos, as crenças etc. É unidimensional porque a única dimensão que consegue ver é a do consumo massificado. E quanto mais cresceu a indústria cultural, mais as pessoas foram sendo controladas, administradas, determinadas nos seus atos e pensamentos. Essa indústria nos sugere necessidades que na verdade não existem, mas que a propaganda nos faz crer que são vitais, como trocar de carro quando o nosso está ótimo, comprar a TV digital quando a nossa funciona perfeitamente e por aí vai.

E esse é o ser-precisamente-assim da sociedade contemporânea: o processo de controle e massificação. Diante desse quadro de dominação de cima para baixo, precisamos nos perguntar: qual a origem desse modo de vida?

A imagem abaixo extraída do magistral filme “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin permite algumas reflexões.



Figura 1 – Tempos Modernos

Fonte: Tempos Modernos (Modern Times), United Artists, USA, 1936.

Como era de se esperar, o genial Carlitos captou com incomum precisão o verdadeiro sentido, o *ethos* da racionalidade capitalista: o homem transformado em mais uma engrenagem do sistema produtivo, uma peça da própria fábrica. É na fábrica que

aparecem as doutrinas, chamadas científicas, de controle do comportamento para ajustar/ domesticar o corpo e o pensamento do trabalhador a um ritmo de funcionamento que lhe é exterior. Da fábrica, esse modo de organização passa para a vida diária, que deixa de ser guiada por nossos interesses, nos enredando naquilo que chamamos de cotidiano, nossa vida diária, mas que no fundo é direcionado pela compulsão de produtividade que paira sobre o mundo capitalista. Em maior ou menor grau, nos tornamos o sujeito esquizofrênico representado por Chaplin, absorvidos pelas engrenagens da máquina que nos controla e administra, tocando a vida em piloto automático, alienados dos fins e interesses daquilo que (re)produzimos. Essa obsessão pelo controle de corpos e almas imposta pelo sistema fabril, que atualmente se tornou uma teia complexa de relações de vigilância, poder e dominação, foi muito bem analisada por Foucault (1987, p. 119). Segundo ele,

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. (...) A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).

A criação da docilidade é, então, um feito do modo de produção fabril, cujo efeito principal é a criação de um conjunto social que Adorno & Horkheimer (1985) chamaram de sociedade totalmente administrada.

Pode-se perguntar: o que isso tem a ver com a gestão escolar?

A resposta tem a ver com as históricas formas de estrutura, funcionamento, organização e gestão escolar que são, em boa medida, heranças do *modus operandi* das fábricas, dividindo as pessoas, o conhecimento e racionalizando meios e fins, incorporando a divisão do trabalho como se fosse produzir uma mercadoria. A intenção aqui é justamente problematizar essa questão, ou seja: a escola não é fábrica, tem sua origem nela, é verdade, mas o trabalho humano desenvolvido nessas duas instituições é de natureza completamente diversa: em uma se produz coisas, mercadorias; na outra, trabalha-se com formação de pessoas, com o gênero humano. Logo, os princípios, métodos e técnicas de gestão precisam ser também diferenciados.

Evidentemente que, na prática, esse fundamento revela-se problemático, pois como diz Vítor Paro (1996), historicamente, na educação brasileira, a administração escolar tem sido muito mais administração do que escolar. E isso se reforça na medida em que a todo momento são importadas acriticamente teorias e técnicas da administração empresarial para os processos políticos e pedagógicos das instituições escolares, principalmente em períodos de reforço de modismos, tais como qualidade total, flexibilidade, racionalização de recursos, reengenharia administrativa etc.

A principal característica do trabalho fabril é a produção de um bem ou serviço que no mercado vai ser quantificado, ou seja, transformado em mercadoria. Já nas instituições educativas, metaforicamente, poderia se dizer que se trata de “produzir” o homem

para um determinado tempo histórico. Embora se possa argumentar que as escolas particulares vendem um serviço e, portanto, uma mercadoria, o problema permanece, pois independentemente do valor cobrado, não há nenhuma relação entre a qualidade do “produto” fornecido e seu valor de compra. Se ainda formos comparar com a escola, os alunos [sobre quem incide o trabalho] são ao mesmo tempo matéria-prima e coprodutores do seu conhecimento, que seria talvez o produto final. Mas se os alunos são coprodutores, como se pode atribuir valor de compra a um produto fabricado pelo próprio cliente? É um absurdo a similaridade. Ainda sobre essa questão, Alonso (apud Paro, 1996, p. 126) esclarece que:

Nas demais organizações, o objeto de elaboração constitui a matéria prima que sofrerá um processo de transformação, a fim de se tornar produto elaborado e, assim, possa ser oferecido ao mercado consumidor, como um ‘bem’. No caso das organizações não-utilitárias, isto é, que prestam serviços, a matéria-prima assume características peculiares, uma vez que se opera sempre sobre elementos humanos. É o caso da escola cuja matéria prima, o aluno, assume características específicas e variadas exigindo tratamento especial, adequados as suas condições próprias.

Assim sendo, o foco da gestão escolar é a própria condição humana. Portanto, pode-se dizer que é um produto indeterminado e imprevisível, pois a escola sozinha é incapaz de “produzir” tal produto, ela o faz em parceria com uma infinidade de outras instituições não utilitárias, tais como a família, a religião e a mídia.

Dessa discussão, podemos inferir que as teorias de administração não podem ser transpostas acriticamente para o campo educacional, pois a racionalização entre meios e fins não se aplicam à escola nem à práxis educativa. Daí o cuidado com as transposições acríicas das teorias da administração [taylorismo, fordismo, toyotismo] para a gestão escolar.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A centralidade da gestão escolar consiste em coordenar, organizar, acompanhar e desenvolver ações para que se efetive a finalidade da escola, que é a qualificação e o êxito do processo de ensino-aprendizagem.

Os processos administrativos devem estar voltados aos objetivos pedagógicos e não o contrário, pois são meios para se chegar à finalidade da educação e modos para se estruturar uma organização que tem como fio condutor “[...] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Para tanto, é preciso considerar o caráter eminentemente político e pedagógico da gestão educacional e, portanto, não é possível desvincular dessa análise a dimensão humana e social dos sujeitos envolvidos. Ainda é preciso reafirmar que na educação pública a gestão deve ser participativa (BRASIL, 1996), o que significa dizer que os parâmetros de

uma gestão meramente administrativa não dão conta das especificidades que o exercício de uma escola democrática impõe.

O modelo organizacional da gestão democrática está implicado na criação e implementação sistemática de instrumentos de participação da comunidade escolar, que não são meros receptores de uma mercadoria pronta e acabada. A escola, nesse sentido, é organismo vivo, interage e interfere na formação dos sujeitos, assim como nas relações do/com seu entorno.

Nesse contexto, o processo de avaliação institucional se configura como ferramenta praxiológica, pois demarca e exige uma gestão partilhada, que se estrutura a partir do diálogo entre os segmentos, uma vez mais demonstrando que os interlocutores importam, são sujeitos de direito, mais ainda, de um direito inalienável que é a educação.

Sobre a efetividade do processo avaliativo, Paro (2016, p.98) diz que “[...] sua importância e necessidade parecem tão óbvias quanto dizer-se que não há processo administrativo consistente, separado de um efetivo processo dos resultados”. Reafirma-se aqui a ideia de que o administrativo está a serviço do pedagógico, como uma atividade-meio e não atividade-fim.

Para além dos desafios encontrados na implementação e manutenção da gestão educacional, é preciso superar a burocratização que o caráter administrativo impõe. Portanto, deve-se considerar que a gestão democrática é o meio mais adequado a esse fim, além de necessária para dar conta da própria função social da educação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

CHÂTELET, F. **Uma história da razão**: Entrevistas com Émile Noël, Trad. Lucy Magalhães, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1994.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: vozes, 1987.

MARCUSE, H. **O homem unidimensional**. Lisboa: Letra Livre, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, K. MARX, K. **O capital**. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1996.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da educação pública**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2016.



SILVA, M. A. da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cadernos CEDES**, n. 29, v.78, ago., 2009.

TEMPOS MODERNOS. Modern Times. Produção de Charles Chaplin. USA: Charles Chaplin Productions/United Artists, 1936. Tipo de produção (87 min.), mudo. P&b.

A educação enquanto fenômeno social:

Aspectos pedagógicos
e socioculturais







-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

2

A educação enquanto fenômeno social:

Aspectos pedagógicos
e socioculturais



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

2